



Nota de Empenho

Unidade Gestora 021101 - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	Número Documento 2017NE00409	Data Emissão 06/06/2017
Gestão 00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	Processo 021101.000391/2017	NE Original
Credor 02441569000118 - TUPA IMPORTAÇÃO LTDA	Licitação 8 - Pregão Eletrônico	Referência Art. 2º, § 1º, Lei 10.520/02
Evento 400091 - Empenho de despesa	Modalidade 3 - Global	Valor 110.000,00
Unidade Orçamentária 21101	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	
Programa Trabalho 14.244.3247.2167.0001	Gestão e Operacionalização dos Serviços de Cidadania	
Fonte Recurso 01600000	Recursos do FTI	
Natureza Despesa 33903941	Fornecimento De Alimentacao	

Município 9999 - Estado	Origem do Material 1 - Origem Nacional
ivênio	Tipo de Empenho 9 - Despesa Normal

Cronograma de Desembolso							
Janeiro	0,00	Fevereiro	0,00	Março	0,00	Abril	0,00
Maior	0,00	Junho	82.500,00	Julho	27.500,00	Agosto	0,00
Setembro	0,00	Outubro	0,00	Novembro	0,00	Dezembro	0,00

Descrição dos Itens							
Unid.	Descrição	Qtde	Preço Unitário	Preço Total			
unidade	115256 - (ID-115256) SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE DESJEJUM, Descrição: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de preparação e fornecimento de desjejum, a ser servido nas dependências do órgão contratante, na cidade de Manaus, com cardápio definido em Projeto Básico. MARCA: "NT" CONTRATO A SER FIRMADO Nº 012/2017-SEJUSC OBJETO: SERVIÇO PRESTADO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PREPARADAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA SEJUSC E SUAS UNIDADES. VIGÊNCIA: 06/06/2017 A 05/09/2017 VALOR GLOBAL: R\$ 110.000,00 VALOR MENSAL: R\$ 27.500,00 FUND. LEGAL: PE Nº 1115/16-CGL/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0419/2016, HOMOLOGAÇÃO DO PE PUBLICADO NO DOE Nº 33.426 DE 21/12/2016.	5000	22.0000	110.000,00			

Certificados:

Autorização de Compra através do Sistema de Registro de Preços:
Data da autorização: 03/05/2017 - Nº da AC: 05661/2017

Certificados:

- * CND TRIBUTOS FEDERAIS E DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (6E10.3B22.5D2E.B1B3) - Início: 22/05/2017 - Venc: 18/11/2017
- * CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA ESTADUAL (22372261) - Início: 22/05/2017 - Venc: 21/06/2017
- * CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA MUNICIPAL (26059/2017) - Início: 04/04/2017 - Venc: 03/07/2017
- * CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS (2017060306114659365542) - Início: 03/06/2017 - Venc: 02/07/2017
- * CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (130071230/2017) - Início: 06/06/2017 - Venc: 02/12/2017

Erika Paula dos Santos Souza
Gerente de Orçamento e Finanças
SEJUSC

Maria das Graças Soares Prola
Ordenadora de Despesas
SEJUSC

Solange Ribeiro de Andrade
Assessoria/Inspeção Setorial
DECON/SET/SEFAZ

Saldo Anterior: 3.334.574,37	Valor do Empenho: 110.000,00	Valor Disponível: 3.224.574,37
Data de Entrega: 06/07/2017	Local de Entrega: SEJUSC/AM	
Ordenador de Despesa:	Usuário Operador da NE: ERIKA PAULA DOS SANTOS SOUZA	



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

TERMO DE CONTRATO Nº 012/2017-SEJUSC

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, celebrado entre o **ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SEJUSC**, e a empresa **TUPÃ IMPORTAÇÕES LTDA**, na forma abaixo:

Aos 06 (seis) dias do mês de junho de 2017, nesta cidade de Manaus, na sede da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, situada na Rua Bento Martins, nº. 02, Conjunto Celetramazon, bairro Adrianópolis, inscrita no CNPJ sob o nº 04.312.401/0001-38, CEP:69.057-350, presentes o **ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC**, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Titular, a Senhora **MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA**, brasileira, viúva, Assistente Social, residente e domiciliada nesta cidade, na rua N, nº. 40, Conjunto Eldorado – bairro Parque Dez de Novembro, portadora da Cédula de Identidade nº 146.839-SSP/AM e do CPF nº. 034.249.792-87 e **TUPÃ IMPORTAÇÕES LTDA**, adiante designado simplesmente **CONTRATADA**, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Amazonas em 23/03/1998, sob NIRE nº. 1320035209-2, sediada nesta cidade, à Rua Visconde Sepetiba, nº 17, Consulado da França, Parque das Laranjeiras, Bairro Flores, CEP: 69.058-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ, sob o nº 02.441.569/0001-18, neste ato representada por seu Representante Legal, a Senhora **VERA LUCIA GOMES MARQUES**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade, à Av. Tefé, nº. 731, Bairro Praça 14 de Janeiro, CEP: 69.020-090, portadora da Cédula de Identidade nº. 0201498-0 SP/AM e do CPF nº 564.689.112-49, em consequência do resultado da Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico de Nº PE 1115/2016-CGL, cuja homologação foi publicada no Diário Oficial do Estado, edição de 21 de dezembro 2016, às fls. 19, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 0391/2017-SEJUSC**, doravante referido por **PROCESSO**, na presença das testemunhas adiante nominadas, é assinado o presente **TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** conforme minuta aprovada pela PGE no processo nº 481/97-PGE, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1993, e pelas cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA: OBJETO - Por força deste Contrato a **CONTRATADA** obriga-se a prestar ao **CONTRATANTE** os serviços de preparação e fornecimento de desjejum, a ser servido nas dependências do órgão contratante, com cardápio definido em Projeto Básico, para atender as necessidades dos Programas e Ações executados e apoiados por esta



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

SEJUSC e suas unidades, conforme a Proposta, constante do **PROCESSO**, e do Projeto Básico de fls. 06/13 dos autos, os quais se encontram rubricados pelas partes e passam a integrar o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos.

SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO - Os serviços ora contratados serão realizados sob o regime de empreitada por preço global, pelo menor preço por lote.

PARÁGRAFO ÚNICO: O objeto deste contrato será recebido provisoriamente e definitivamente como disposto no art. 73, da Lei nº 8.666/93.

TERCEIRA: OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - A **CONTRATADA** é obrigada a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

QUARTA: OUTRAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA - A CONTRATADA é única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, objeto deste contrato e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é também responsável por todos os encargos e obrigações concernente às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária, previdenciária que resultem ou venham a resultar a execução deste contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), despesas com instalações e equipamentos necessários aos serviços e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no parágrafo primeiro, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso do equipamento reparado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação à **CONTRATADA**, do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa.

QUINTA: PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - O prazo de duração dos serviços ora contratados é de 04 (quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Ally
Netanques



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

PARÁGRAFO ÚNICO: O **CONTRATANTE** é obrigado a rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato.

SEXTA: DO PREÇO DOS SERVIÇOS – Pelos serviços ora contratados a contratada receberá o valor mensal de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

SÉTIMA: DA FORMA DE PAGAMENTO – O pagamento à **CONTRATADA** será efetuado na forma da Lei 8666/93, mediante apresentação de faturas devidamente atestadas pelo setor competente da **CONTRATANTE**, faturas essas que serão processadas e pagas segundo a legislação vigente, devendo nesta oportunidade ser comprovado o recolhimento dos encargos previdenciários decorrentes desse contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: A inadimplência da **CONTRATADA** quanto aos recolhimentos dos encargos previdenciários, autoriza o Contratante, na ocasião do pagamento, a retenção das importâncias devidas, como garantia, até a comprovação perante a fiscalização, da quitação da dívida, na forma do parágrafo primeiro, do art. 31, da Lei nº 8.212/91.

OITAVA: GARANTIA DOS SERVIÇOS – As garantias previstas no art. 56, da lei nº 8.666/93.

NONA: VALOR – O valor global do presente contrato será de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

DÉCIMA: PENALIDADES – Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual a **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ficará sujeito às sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à **CONTRATADA** a prévia e ampla defesa na via administrativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: PENAS – Serão aplicadas as seguintes penas:

I. Advertência;

II. Multas moratórias de 1% (um por cento) do valor do Contrato por dia, até o trigésimo dia de atraso, se o objeto não for entregue na data prevista, sem justificativas aceitas pelo Estado;

III. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato não realizado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

IV. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

V. Multa de 10% sobre o valor do contrato, em caso de recusa da prestadora do serviço em assinar o contrato.

Handwritten signature



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

VI. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

DÉCIMA PRIMEIRA: RESCISÃO DO CONTRATO – O presente contrato poderá ser rescindido em uma das hipóteses elencadas pelo art. 78, através de uma das formas prescritas pelo art. 79, ambos os artigos da Lei nº 8.666/93.

DÉCIMA SEGUNDA: RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE – A rescisão determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos de **CONTRATANTE** de:

1. assunção imediato do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
2. ocupação e utilização, se for o caso, do local, instalações, equipamentos, material e pessoal envolvidos na execução deste contrato;
3. retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A aplicação das medidas previstas nos itens 1 e 2 desta cláusula fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do item 2 deste artigo, o ato será precedido de expressa autorização do Secretário de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC.

DÉCIMA TERCEIRA: CESSÃO – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, a não ser com a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todas as responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pedido de cessão deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, cabendo à **CONTRATADA** indicar e comprovar as razões de força maior que impossibilitem o cumprimento do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

DÉCIMA QUARTA: SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO. IMPEDIMENTO DE CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR - Caberá a declaração de suspensão temporária do direito de participar de licitação, ou do impedimento para contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a sanção; já a declaração de inidoneidade para licitar e contratar é aplicável à Administração Direta e Indireta da União, do Estados, do

Handwritten signature



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

Distrito Federal e dos Municípios, ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) ou de 10 (dez) dias, conforme se trate de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade, respectivamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As sanções a que se refere esta cláusula serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de suspensão do direito de participar de licitação e do impedimento para contratar não poderá ser superior a 05 (cinco) anos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar perdurará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que se promova a reabilitação, perante a própria autoridade que a aplicou, após 02 (dois) anos.

DÉCIMA QUINTA: DOS RECURSOS - Contra as decisões que tiverem aplicado penalidades, a **CONTRATADA** poderá, sempre sem efeito suspensivo:

1. interpor recursos para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 dias da ciência que tiver da decisão que aplicar as penalidades de advertência e multa;
2. interpor recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 dias da publicação no Diário Oficial da decisão de suspensão do direito de licitar, impedimento de contratar ou rescindir administrativamente o contrato;
3. formular pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 10 dias da publicação no Diário Oficial do Estado;

DÉCIMA SEXTA: ALTERAÇÃO DE CONTRATO – O presente contrato poderá ser alterado, através de aditamento, nos casos apontados pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ora contratados, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para os serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de supressão dos serviços, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo **CONTRATANTE** pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão desde que regularmente comprovados.

PARÁGRAFO QUARTO: Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

PARÁGRAFO QUINTO: Incumbe, obrigatoriamente, à **CONTRATADA** comunicar ao **CONTRATANTE** os eventos previstos no parágrafo anterior e repassar-lhe os acréscimos ou diminuição dos preços dos serviços ora contratados, sob pena, de no caso de redução do valor dos serviços, ser obrigada a indenizar imediatamente o **CONTRATANTE** com a cominação das demais penalidades cabíveis.

DÉCIMA SÉTIMA: CONTROLE - A **CONTRATANTE** providenciará, nos prazos legais, remessa de exemplares do presente contrato ao TRIBUNAL DE CONTAS DO AMAZONAS. O **CONTRATANTE** não se responsabilizará por indenização de qualquer natureza em decorrência de atos ou fatos vinculados à Fiscalização e ao Controle da Execução Orçamentária e da Administração Financeira.

DÉCIMA OITAVA: DOCUMENTAÇÃO - A **CONTRATADA** e seus representantes legais apresentaram neste ato os documentos comprobatórios de suas condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente, inclusive a Certificação de Regularidade dos órgãos fiscais previdenciários públicos, a que estiver vinculada.

DÉCIMA NONA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO – As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 21101; Programa de Trabalho: 14.244.3247.2167.0001; Fonte de Recurso: 0160; Natureza da Despesa: 33903941, tendo sido emitida pela **CONTRATANTE**, em 06/06/2017 a Nota de Empenho nº 2017NE00409, no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil).

VIGÉSIMA: FORO – O foro do presente contrato é o desta cidade de Manaus, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

VIGÉSIMA PRIMEIRA: PUBLICAÇÃO – O **CONTRATANTE** obriga-se a prover às suas expensas, devendo nesta data providenciá-la, a publicação, em forma de extrato, do presente contrato, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias no Diário Oficial do Estado, a contar do quinto dia útil do mês subsequente ao da assinatura.

VIGÉSIMA SEGUNDA: CLÁUSULA ESSENCIAL – Constitui, também, cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de exceção de inadimplemento, como fundamento para a unilateral interrupção da prestação dos serviços, exceto nos casos previstos na Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** está obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIGÉSIMA TERCEIRA: NORMAS APLICÁVEIS – O Presente Contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie e ainda pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

presente termo, especialmente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a legislação referente aos Planos Econômicos do Governo Federal que atinjam as cláusulas econômicas deste contrato, declarando a **CONTRATADA** conhecer todas essas normas, e concordando em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

De tudo, para constar, foi lavrado o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Manaus, 06 de junho de 2017.

Pelo **CONTRATANTE**:

MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC

Pela **CONTRATADA**:

VERA LUCIA GOMES MARQUES
TUPÁ IMPORTAÇÕES LTDA

TESTEMUNHAS:

Nome: Normando Sávio Corrêa Pinheiro

Nome: Jeckson Fontes Cruz

OAB/AM.: 2312

R.G.: 2644879-3

CPF: 291.023.912-87

CPF: 016.473.712-01

Ass: _____

Ass:



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

SEJUSC

Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

Extrato nº 063/17-SEJUSC

Espécie: Termo de Contrato nº 012/17-SEJUSC;
Partes: ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SEJUSC e a empresa TUPÂ IMPORTAÇÕES LTDA; **Objeto:** Prestação de serviços de preparação e fornecimento de desjejum, a ser servido nas dependências do órgão contratante, para atender as necessidades desta SEJUSC; **Valor:** O valor mensal será de R\$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 110.00,00 (Cento e dez mil reais); **Data da Assinatura:** 06/06/2017; **Dotação Orçamentária:** Unidade Orçamentária: 21101; Programa de Trabalho: 14.244.3247.2167.0001; Natureza da Despesa: 33903941; Fonte: 0160, tendo sido emitida pela Contratante a Nota de Empenho nº 2017NE00409, no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais). **Processo Administrativo:** 0391/2017-SEJUSC ; **Fundamento do Ato:** PE nº 1115/2016-CGL, Lei nº 8.666/93; **Responsável pelo Extrato:** Normando Sávio Corrêa Pinheiro - Assessor Jurídico. Manaus, 06 de junho de 2017.


Maria das Graças Soares Prola
Secretária de Estado da SEJUSC



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO AMAZONAS

Manaus, terça-feira, 04 de julho de 2017

Número 33.556 ANO CXXIII

PODER EXECUTIVO

DECRETO DE 03 DE JULHO DE 2017

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício n.º 1378/2017-GS/SEAD, subscrito pelo Secretário de Estado de Administração e Gestão, e o que mais consta do Processo n.º 011.0005753.2017, resolve

EXONERAR, a pedido, a contar de 07 de março de 2017, nos termos do artigo 45, I, da Lei n.º 1.778, de 08 de janeiro de 1987, a servidora **FLÁVIA DE CASTRO PROCÓPIO**, Matrícula n.º 197.292-8B, do cargo de Professor, 4.ª Classe, PF20-LPL-IV, Referência A, do Quadro do Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 03 de julho de 2017.

Deputado **DAVID ANTÔNIO ALVES PEREIRA DE ALMEIDA**
Governador do Estado

JOSÉ ALVES PACÍFICO
Secretário de Estado, Chefe da Casa Civil

ARONE DO NASCIMENTO BENTES
Secretário de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

SILVIO ROMANO BENJAMIN JUNIOR
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DECRETO DE 03 DE JULHO DE 2017

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício n.º 1855/2017-GS/DGP/SEAD, da Secretaria de Administração e Gestão e o que mais consta do Processo n.º 011.0009666.2017, resolve

EXONERAR, a pedido, a contar de 01 de janeiro de 2006, nos termos do artigo 55, I, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, a servidora **JOSIANE LIMA DA ROCHA**, Matrícula n.º 167.121-9A, do cargo de Auxiliar de Biblioteca ED-NFU, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 03 de julho de 2017.

Deputado **DAVID ANTÔNIO ALVES PEREIRA DE ALMEIDA**
Governador do Estado

JOSÉ ALVES PACÍFICO
Secretário de Estado, Chefe da Casa Civil

ARONE DO NASCIMENTO BENTES
Secretário de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

SILVIO ROMANO BENJAMIN JUNIOR
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DECRETO DE 03 DE JULHO DE 2017

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício n.º 1.801/2017-GS/DGP/SEAD, da Secretaria de Administração e Gestão, e o que mais consta do Processo n.º 011.0007354.2017, resolve

EXONERAR a pedido, a contar de 16 de março de 2017, nos termos do artigo 55, I da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, a servidora **DIANA SENMACH RIBEIRO RODRIGUES**, Matrícula n.º 181.872-4A, do cargo de Merendeiro, 3.ª Classe, PNF-MNF-III, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 03 de julho de 2017.

Deputado **DAVID ANTÔNIO ALVES PEREIRA DE ALMEIDA**
Governador do Estado

JOSÉ ALVES PACÍFICO
Secretário de Estado, Chefe da Casa Civil

ARONE DO NASCIMENTO BENTES
Secretário de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

SILVIO ROMANO BENJAMIN JUNIOR
Secretário de Estado de Administração e Gestão

DECRETO DE 03 DE JULHO DE 2017

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a instrução do Processo n.º 2016.4.06685 - AMAZONPREV (006.0003017.2017), que atesta o cumprimento, pela servidora interessada, dos requisitos para aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição, com proventos integrais, resolve

APOSENTAR, nos termos do artigo 21 da Lei Complementar n.º 30, de 27 de dezembro de 2001, texto consolidado em 29 de julho de 2014, combinado com o artigo 40, § 5.º, da Constituição Federal de 1988 e com o artigo 2.º da Emenda Constitucional Federal n.º 47, de 05 de julho de 2005, **WILDERLÚCIA GOMES DA SILVA**, no cargo de Professor, 4.ª Classe, PF20-LPL-IV, Referência F1, Matrícula n.º 103.939-3D, do Quadro do Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino, lotada na Escola Estadual Luizinha Nascimento, com proventos integrais calculados à base do

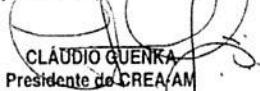
AVISO: Na edição de hoje, por falta exclusiva de matérias, não será publicado os cadernos relacionados ao PODER LEGISLATIVO e MUNICIPALIDADES

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS CREA-AM.

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: AMAZONFRYO COMERCIO DE AR COND E REFRIGERAÇÃO LTDA - ME e CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA-AM, representado por seu Presidente, Eng. Civil CLÁUDIO GUENKA. **DATA DA ASSINATURA:** 13 de junho de 2017. **OBJETO:** Prestação de Serviços Técnicos de Manutenção preventiva e corretiva em 30 aparelhos de ar condicionado - **VALOR GLOBAL: R\$ 6.000,00** (seis mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato. Manaus, 13 de junho de 2017.


CLÁUDIO GUENKA
Presidente do CREA/AM

07527

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

ESPECÍE: Termo de Contrato nº 007/2017. **DATA DA ASSINATURA:** 01/06/2017. **PARTÍCIPES:** SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS e a Empresa PRIME9 SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA INTELIGENTES LTDA EPP. **OBJETO:** Prestação de Serviço de Fornecimento, Instalação e Programação de Controle de Acesso. **VIGÊNCIA:** 8 (oito) dias a contar da data de assinatura. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 5.820,12 (cinco mil, oitocentos e vinte reais e doze centavos). **DESPESAS:** Unidade Gestora: 040.101; Programa de Trabalho: 04.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade; Fonte de Recurso: 0100.0000; Natureza de Despesa: 44905242 - Mobiliário em Geral; Nota de Empenho nº 2017NE00123, no valor de R\$ 5.820,12 (cinco mil, oitocentos e vinte reais e doze centavos), emitida em 24/05/17. **CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE,** no Diário Oficial do Estado. Brasília, 06 de junho de 2017.

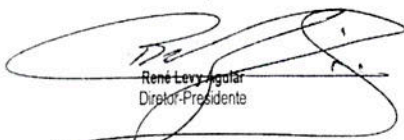

NÁFIÇE BACRY VALOZ
Secretária de Relações Institucionais do Governo, em Brasília

07513

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

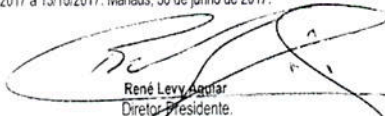
EXTRATO

ESPECÍE: Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 05/2015. **Processo:** 062.00799/2014-FAPEAM **Partes:** FAPEAM e EBSERH. **Data da assinatura:** 27/06/2017 **Objeto:** prorrogação do prazo de vigência do Acordo de Cooperação, por mais 11 (onze) meses. **Prazo de vigência:** de 16/07/2017 a 15/06/2018. Manaus, 27 de junho de 2017.


René Levy Aguiar
Diretor-Presidente

07514

ESPECÍE: Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 024/2014. **Processo:** 062.01708/2014-FAPEAM. **Partes:** FAPEAM e NUTRITEST LTDA. **Data da assinatura:** 30/06/2017 **Objeto:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 024/2014, por mais 03 (três) meses. **Prazo de vigência:** de 14/07/2017 a 13/10/2017. Manaus, 30 de junho de 2017.


René Levy Aguiar
Diretor-Presidente

07514

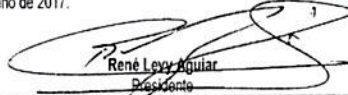
CONSELHO DIRETOR

RETIFICAÇÃO na Resenha da Decisão nº 250/2017 do Conselho Diretor da FAPEAM, publicada no Diário Oficial do Estado, edição de 29/06/2017.

ONDE SE LÊ: Decisão nº 250/2017 - I PRORROGAR o prazo...até 31/12/2017; II SUPRIMIR o valor...da FAPEAM; III DETERMINAR a formalização...nº 062.00829/2015;

LEIA-SE: Decisão nº 250/2017 - HOMOLOGAR a Prestação de Contas Técnica e Financeira Final apresentada pelo pesquisador Nelson Kuwahara, contemplado com recursos financeiros no âmbito do Programa de Apoio à Realização de Eventos Científicos e Tecnológicos no Estado do Amazonas - PAREV, Edital nº 006/2014.

Obs.: Deliberação divulgada na íntegra no site da FAPEAM. **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DIRETOR DA FAPEAM,** em Manaus, 03 de julho de 2017.


René Levy Aguiar
Presidente

07514

SEJUSC

Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

Extrato nº 058/17-SEJUSC

ESPECÍE: Termo de Contrato nº 001/17-FECA/SEJUSC. **Partes:** ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC, através do FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FECA, e a empresa ROMANA INDÚSTRIA DE COLCHÕES LTDA - EPP; **Objeto:** Aquisição de 700 (setecentos) colchões para atender as necessidades dos Centros Socioeducativos da SEJUSC. **Valor:** o valor mensal será de R\$ 11.608,33 (onze mil, seiscentos e oito reais e trinta e três centavos), perfazendo o valor total de R\$ 139.300,00 (cento e trinta e nove mil e trezentos reais); **Data da Assinatura:** 01/06/2017; **Vigência:** 01.06.2017 até 31.05.2018; **Dotação Orçamentária:** Unidade Orçamentária: 21704; Programa de Trabalho: 14.243.3247.2470.0001; Natureza da Despesa: 33903020; Fonte: 160, tendo sido emitida pela Contratante a Nota de Empenho 2017NE00033, no valor de R\$ 34.825,00 (Trinta e quatro mil e oitocentos e vinte e cinco reais); **Processo Administrativo:** 0339/2017-SEJUSC; **Fundamento do ato:** PE 1146/2016 - CGL, Leis nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 34.162/2013; **Responsável pelo Extrato:** Normando Sávio Corrêa Pinheiro - Assessor Jurídico. Manaus, 01 de junho de 2017.


Maria das Graças Soares Prola
Secretária de Estado da SEJUSC

07515

Extrato nº 059/17-SEJUSC

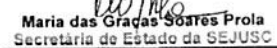
ESPECÍE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 031/2016-SEJUSC; **Partes:** ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC e a empresa SHOPPING MANAUS NORTE SPE S.A.; **Objeto:** Prorrogar o prazo de vigência do Contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura; **Data da Assinatura:** 01/06/2017; **Vigência:** 01.06.2017 até 31.05.2018; **Processo Administrativo:** 0381/2017-SEJUSC; **Fundamento do ato:** Art. 62, §3º, da Lei 8.666/93 e Lei 8.245/1991; **Responsável pelo Extrato:** Normando Sávio Corrêa Pinheiro - Assessor Jurídico. Manaus, 01 de junho de 2017.


Maria das Graças Soares Prola
Secretária de Estado da SEJUSC

07516

Extrato nº 060/17-SEJUSC

ESPECÍE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 025/2016-SEJUSC; **Partes:** ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC e o Senhor JOSE MÁRIO ASSAYAG; **Objeto:** Prorrogar o prazo de vigência do Contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura; **Data da Assinatura:** 01/06/2017; **Vigência:** 01.06.2017 até 31.05.2018; **Processo Administrativo:** 0379/2017-SEJUSC; **Fundamento do ato:** Art. 62, §3º, da Lei 8.666/93 e Lei 8.245/1991; **Responsável pelo Extrato:** Normando Sávio Corrêa Pinheiro - Assessor Jurídico. Manaus, 01 de junho de 2017.


Maria das Graças Soares Prola
Secretária de Estado da SEJUSC

07517

Extrato nº 061/17-SEJUSC

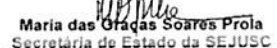
ESPECÍE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 030/2016-SEJUSC; **Partes:** ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC e o Senhor RAIMUNDO FLORENTINO DO CARMO; **Objeto:** Prorrogar o prazo de vigência do Contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura; **Data da Assinatura:** 01/06/2017; **Vigência:** 01.06.2017 até 31.05.2018; **Processo Administrativo:** 0382/2017-SEJUSC; **Fundamento do ato:** Art. 62, §3º, da Lei 8.666/93 e Lei 8.245/1991; **Responsável pelo Extrato:** Normando Sávio Corrêa Pinheiro - Assessor Jurídico. Manaus, 01 de junho de 2017.


Maria das Graças Soares Prola
Secretária de Estado da SEJUSC

07518

Extrato nº 062/17-SEJUSC

ESPECÍE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 029/2016-SEJUSC; **Partes:** ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC e a Senhora KATHLEEN ABRAHIM MUSSA; **Objeto:** Prorrogar o prazo de vigência do Contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura; **Data da Assinatura:** 01/06/2017; **Vigência:** 01.06.2017 até 31.05.2018; **Processo Administrativo:** 0280/2017-SEJUSC; **Fundamento do ato:** Art. 62, §3º, da Lei 8.666/93 e Lei 8.245/1991; **Responsável pelo Extrato:** Normando Sávio Corrêa Pinheiro - Assessor Jurídico. Manaus, 01 de junho de 2017.


Maria das Graças Soares Prola
Secretária de Estado da SEJUSC

07519

Extrato nº 063/17-SEJUSC

ESPECÍE: Termo de Contrato nº 012/17-SEJUSC; **Partes:** ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC e a empresa TUPÃ IMPORTAÇÕES LTDA; **Objeto:** Prestação de serviços de preparação e fornecimento de desjejum, a ser servido nas dependências do órgão contratante, para atender as necessidades desta SEJUSC; **Valor:** O valor mensal será de R\$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais); **Data da Assinatura:** 06/06/2017; **Dotação Orçamentária:** Unidade Orçamentária: 21101; Programa de Trabalho: 14.244.3247.2167.0001; Natureza da Despesa: 33903941; Fonte: 0160, tendo sido emitida pela Contratante a Nota de Empenho nº 2017NE00409, no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais); **Processo Administrativo:** 0391/2017-SEJUSC; **Fundamento do Ato:** PE nº 1115/2016-CGL, Lei nº 8.666/93; **Responsável pelo Extrato:** Normando Sávio Corrêa Pinheiro - Assessor Jurídico. Manaus, 06 de junho de 2017.


Maria das Graças Soares Prola
Secretária de Estado da SEJUSC

07520